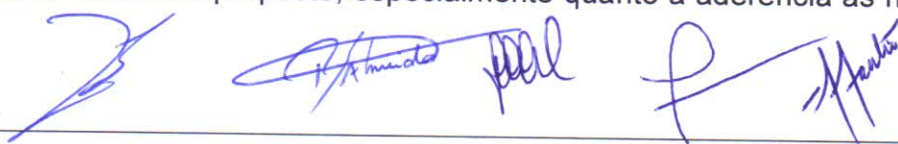
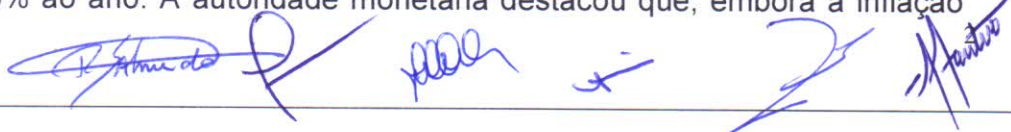


**ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 2026**  
**COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

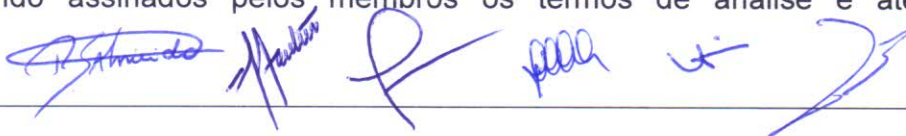
Aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e vinte seis, às 12 horas, reuniram-se os membros do Comitê de Investimentos, nomeados pelo Decreto nº 15.855 de 19.01.2024: Ramon da Silva Almeida, Antonio Geraldo Dias Peixoto, José Geraldo Villela, Marilene da Silva Vieira Souza, Patrique César da Silva e Marcelo Pires Monteiro. O presidente do Comitê, Sr. Ramon Almeida, iniciou a reunião analisando o Relatório Analítico dos Investimentos, competência de fevereiro de 2026 da empresa de consultoria e assessoria financeira Crédito e Mercado, disponibilizado no grupo do Comitê de Investimentos do WhatsApp para conhecimento dos membros no dia 19/03/2026. No desempenho das competências de que trata o art. 5º da lei nº 3085 de 17 de março de 2014, após as devidas análises, o Relatório de Investimentos foi aprovado sem ressalvas, seguindo para o Conselho Fiscal para a devida apreciação. Na sequência das análises e encaminhamentos referentes ao desempenho da carteira de investimentos, foi informado que a consultoria de investimentos contratada apresentou, em forma de minuta, a Política de Investimentos para o exercício de 2026, para apreciação e análise deste colegiado. Destaca-se que a referida minuta já contempla as adequações necessárias à Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, em substituição à regulamentação anterior, refletindo as novas diretrizes aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS. A minuta foi disponibilizada por meio de plataforma eletrônica, acompanhada das propostas de: (i) alocação estratégica de recursos conforme o perfil do RPPS; (ii) definição dos parâmetros de risco para os segmentos de renda fixa e renda variável; e (iii) estimativa de rentabilidade futura dos ativos garantidores, em conformidade com as exigências da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022. Previamente à deliberação, o Gestor de Recursos do RPPS, Sr. Ramon Almeida, procedeu à análise técnica do documento, disponibilizando aos membros do Comitê a minuta elaborada pela consultoria, acrescida de suas considerações e apontamentos, com o objetivo de subsidiar a avaliação individual integrante. Após as explicações iniciais, foi concedido espaço para manifestação dos membros do Comitê de Investimentos, ocasião em que foram apresentadas análises, observações, dúvidas e esclarecimentos acerca do conteúdo proposto, especialmente quanto à aderência às novas



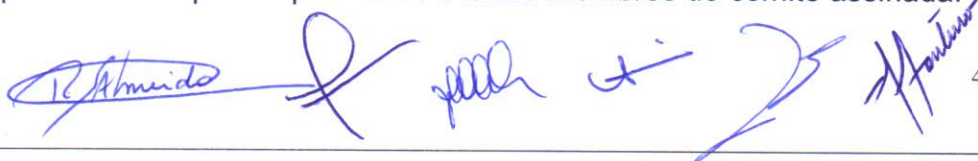
disposições da Resolução CMN nº 5.272/2025. Encerradas as discussões, a matéria foi submetida à deliberação, sendo a Política de Investimentos para o exercício de 2026 aprovada por unanimidade pelos membros do colegiado, observando-se sua conformidade com o novo arcabouço normativo vigente. Na sequência, o documento será encaminhado ao Conselho Deliberativo para apreciação e aprovação final. Após sua aprovação pelo referido Conselho, a Política de Investimentos será devidamente publicada no sítio oficial do Instituto ([www.resenprevi.rj.gov.br](http://www.resenprevi.rj.gov.br)), garantindo transparência e publicidade aos atos de gestão. No mês de fevereiro, a carteira de investimentos registrou rentabilidade de **R\$ 8.287.561,51**, equivalente a um retorno mensal de **1,16%**, desempenho que superou a meta atuarial do mês, fixada em **1,09%**. Analisando o cenário econômico e financeiro, no que se refere à inflação, conforme divulgado pelo IBGE, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, referente ao mês de fevereiro de 2026, apresentou variação de 0,70%, evidenciando alta em relação ao mês anterior. No acumulado dos últimos 12 meses, o índice registra 3,81%, refletindo o comportamento dos principais grupos de despesas, com destaque para educação e transportes, que exerceram maior impacto no resultado do período. No âmbito da política monetária, o Comitê de Política Monetária – Copom, do Banco Central do Brasil, em sua última reunião, avaliou que o ambiente econômico segue marcado por incertezas, especialmente no cenário externo, com impactos relevantes sobre os preços de commodities e expectativas inflacionárias. Apesar da desaceleração recente da inflação, o Comitê destacou que ainda persistem riscos para a convergência do IPCA à meta, reforçando a necessidade de cautela na condução da política monetária e a manutenção de postura vigilante diante da evolução dos indicadores econômicos. Diante desse contexto, o Copom deliberou pela redução da taxa básica de juros – Selic em 0,25 ponto percentual, fixando-a em 14,75% ao ano, marcando o início do ciclo de flexibilização monetária após período prolongado de manutenção em patamar elevado. O Comitê sinalizou que as próximas decisões permanecerão dependentes da evolução do cenário inflacionário e das condições econômicas, destacando a importância de uma atuação gradual e cautelosa ao longo do processo de redução da taxa de juros. No cenário internacional, o Federal Reserve (Fed), banco central dos Estados Unidos, em sua reunião realizada em 18 de março de 2026, deliberou pela manutenção da taxa básica de juros na faixa de 3,50% a 3,75% ao ano. A autoridade monetária destacou que, embora a inflação




apresente trajetória de desaceleração, ainda persistem incertezas quanto à sua convergência à meta, especialmente em razão da resiliência do mercado de trabalho e da inflação de serviços, sinalizando que futuras decisões permanecerão dependentes da evolução dos indicadores econômicos, com possíveis ajustes graduais na condução da política monetária. No cenário internacional, observou-se o agravamento das tensões geopolíticas envolvendo os Estados Unidos e o Irã, elevando o nível de incerteza nos mercados globais. Tal contexto intensifica os riscos sobre a estabilidade da oferta de energia, especialmente no Oriente Médio, região estratégica para a produção e escoamento de petróleo. A possibilidade de interrupções na cadeia de suprimentos e restrições logísticas tem contribuído para a elevação da volatilidade nos preços das commodities energéticas, impactando diretamente o mercado internacional de petróleo. Como reflexo desse cenário, a alta nos preços do petróleo tende a pressionar os índices inflacionários em escala global, uma vez que o aumento dos custos de energia repercute sobre o transporte, a produção industrial e diversos setores da economia. Esse movimento pode dificultar o processo de desinflação, levando os bancos centrais a adotarem posturas mais cautelosas na condução da política monetária. Para economias emergentes, como o Brasil, os efeitos podem incluir pressões adicionais sobre a inflação doméstica, exigindo maior atenção na gestão dos investimentos e na avaliação dos riscos macroeconômicos. Analisando o Boletim Focus divulgado em 23 de março de 2026, em comparação com as últimas quatro semanas, observa-se que os economistas consultados pelo Banco Central aumentaram a projeção para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2026 de 3,91% para 4,17%; elevaram a projeção para a taxa básica de juros da economia brasileira (Selic) ao final de 2026 para 12,50%, enquanto a estimativa para 2027 foi mantida em 10,50%; elevaram a projeção de crescimento da economia brasileira, medida pelo Produto Interno Bruto (PIB), em 1,84% para 2026, mantiveram a projeção de crescimento de 1,80% para 2027. Em relação ao dólar, a projeção para 2026 caiu para R\$ 5,40, enquanto a projeção para 2027 diminuiu para R\$ 5,45. Foi submetido ao Comitê o processo administrativo eletrônico do SEI RSD-020124/000329/2025, para credenciamento da AGORA CORRETORA DE TITULOS E VALORES MOBILIARIOS S/A., inscrita no CNPJ nº 74.014.747/0001-35, do grupo Bradesco, para atuação junto a este Instituto, aprovado sem ressalva e sendo assinados pelos membros os termos de análise e atestado de



credenciamento. Após análise do cenário econômico e das condições de mercado, o Comitê de Investimentos deliberou pelo **início de aplicações em títulos públicos federais**, por meio da Ágora Corretora (Banco Bradesco), devidamente credenciada junto ao RPPS, com o objetivo de diversificação da carteira e busca de aderência à meta atuarial. As aplicações serão realizadas em títulos indexados à inflação do tipo **Tesouro IPCA+ (NTN-B)**, com vencimento de **2038 à 2045**, com marcação a mercado, até o limite de **R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)**, observadas as condições de mercado no momento da operação. As aquisições poderão ser realizadas de forma gradual nos dias subsequentes, mediante registro em processos administrativos eletrônicos próprios, devidamente instruídos com as cotações de mercado, justificativas técnicas e demais documentos exigidos, em conformidade com a **Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025**, garantindo a observância aos princípios de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez. Para tanto, serão utilizados recursos oriundos dos fundos **BB FLUXO RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES PREVIDENCIÁRIO** – CNPJ: 13.077.415/0001-05; **CAIXA BRASIL DISPONIBILIDADES RESP LIMITADA FIF CIC RENDA FIXA SIMPLES** – CNPJ: 14.508.643/0001-55 e **CAIXA BRASIL IMA-B 5 TÍTULOS PÚBLICOS RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA LP** – CNPJ: 11.060.913/0001-10, respeitando o fluxo de caixa e as necessidades de liquidez do Instituto. Dando prosseguimento, deliberou-se que os recursos provenientes da arrecadação das contribuições previdenciárias (fevereiro/2026), já descontada a taxa de administração, bem como os valores oriundos do COMPREV (janeiro/2026), fossem mantidos em fundo de investimento BB RF Fluxo SB destinado à gestão de liquidez, visando ao pagamento dos compromissos previdenciários do mês. Nesse sentido, considerando a necessidade de adequação à Resolução CMN nº 5.272, de 18 de dezembro de 2025, foi aprovada a substituição do fundo anteriormente utilizado (BB Previd Fluxo RF – CNPJ: 13.077.415/0001-05), por não estar mais integralmente aderente à referida norma, devendo ser **transferidos os recursos** para o fundo BB RF Fluxo SB – CNPJ: 63.197.387/0001-38, o qual passará a ser utilizado para a movimentação financeira do RESENPREVI. Nada mais havendo a tratar, o Presidente Ramon Almeida deu por encerrada a reunião e eu, Antônio Dias, lavrei a presente ata que vai por mim e demais membros do comitê assinada.





Ramon Almeida  
Presidente



Antonio G. D. Peixoto  
Membro



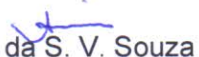
José Geraldo Villela  
Membro



Marcelo Pires Monteiro  
Membro



Patrique Cesar da Silva  
Membro



Marilene da S. V. Souza  
Membro